

Relatório Anual
2011



FUNDAÇÃO
BEMGPREV

- 3 Mensagem do diretor presidente**
- 4 Oportunidade de crescimento para a previdência complementar**
- 6 Um ano de intensa atividade**
- 10 Quem somos**
- 11 Órgãos de Administração**

Encarte

Balanço Patrimonial
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
Demonstrac o do Ativo Líquido
Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
Demonstrac o das Obrigações Atuariais
Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestac o do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos

Este Relatório Anual também
está disponível no site da entidade:
www.bemgeprev.com.br





Na aposentadoria,
também é preciso ter o
longo prazo como premissa.”

Longo prazo. Esta expressão, aparentemente tão simples, resume uma das premissas da previdência complementar. Significa viver o presente com um claro planejamento para o amanhã, buscando sempre considerar as consequências futuras de nossos atos e decisões.

Este princípio é o maior desafio e o principal ensinamento da previdência complementar. Ele se aplica quando estamos na ativa, mas também quando já chegou o momento de desfrutar a aposentadoria. Para isso, você tem a segurança de contar com a transparência, a ética e a responsabilidade da Bemgeprev para administrar seus recursos e os benefícios oferecidos.

Pensar no longo prazo é fundamental em um Brasil no qual a expectativa de vida vem crescendo de maneira acelerada. Estamos vivendo mais e

devemos procurar aproveitar muito bem essa fase tão importante e que recompensa os esforços de vários anos de trabalho.

A aposentadoria é uma nova etapa da vida e, quanto mais acreditarmos neste fato, melhor desfrutaremos suas vantagens. Nesse sentido, é necessário gerenciar adequadamente uma série de fatores ligados ao planejamento financeiro, às relações pessoais e familiares, ao aperfeiçoamento contínuo de nossas competências e experiências, aos cuidados com a saúde, à correta organização de nosso tempo, à busca constante de novos desafios.

Sempre é tempo de pensar em novos projetos e realizações e, por isso, ter uma visão de longo prazo é essencial. É a partir dela que trabalhamos na Fundação Bemgeprev e que também devemos, pessoalmente, pensar nosso futuro.



Sergio Fajerman

Oportunidade de crescimento para a previdência complementar

Mais maduro em sua regulamentação e modelos de gestão, o sistema depende, para seu fortalecimento, da compreensão do brasileiro sobre os benefícios da previdência complementar.

O ano de 2011 passou tranquilo para as entidades fechadas de previdência complementar, sem grandes solavancos na economia mundial ou nacional que justificassem medidas ou ações mais drásticas. Diante de um cenário de queda constante das taxas de juros, o maior desafio dos gestores dos fundos tem sido encontrar alternativas de investimentos que remunerem o patrimônio sem acarretar exposição excessiva a riscos. De maneira geral, como comprova o gráfico abaixo, essa missão tem sido cumprida com relativo sucesso pelo sistema.

O ano também foi sem sobressaltos em relação à regulamentação do setor que não teve, em 2011, a edição de nenhuma norma ou instrução que tenha alterado significativamente as atividades dos fundos. Para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), segue sendo fundamental a Supervisão Baseada em Riscos que privilegia a orientação para a escolha de processos com eficiência e segurança comprovadas.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, confirmado a cada novo

Comparativo regional

Regional *	Quantidade de entidades	%	Investimento (R\$ mil)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	38	10,3%	88.394.758	16,1%	373.784	16,6%	841.782	23,4%	105.338	15,7%
Leste	18	4,9%	18.523.108	3,4%	100.528	4,5%	174.010	4,8%	37.678	5,6%
Nordeste	31	8,4%	15.717.163	2,9%	44.955	2,0%	96.730	2,7%	30.246	4,5%
Sudeste	65	17,7%	284.229.040	51,9%	521.894	23,2%	1.277.825	35,6%	304.907	45,6%
Sudoeste	155	42,1%	106.828.764	19,5%	987.056	43,9%	904.645	25,2%	139.852	20,9%
Sul	61	16,6%	34.142.295	6,2%	220.227	9,8%	297.499	8,3%	51.022	7,6%
Total	368	100,0%	547.835.128	100,0%	2.248.444	100,0%	3.592.491	100,0%	669.043	100,0%

* Centro-Norte: RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO.
Leste: MG. Nordeste: AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE.
Sudeste: RJ e ES. Sudoeste: SP. Sul: PR, SC e RS.

Fonte: Previdência Complementar Estatística Mensal Dez/10 - PREVIC

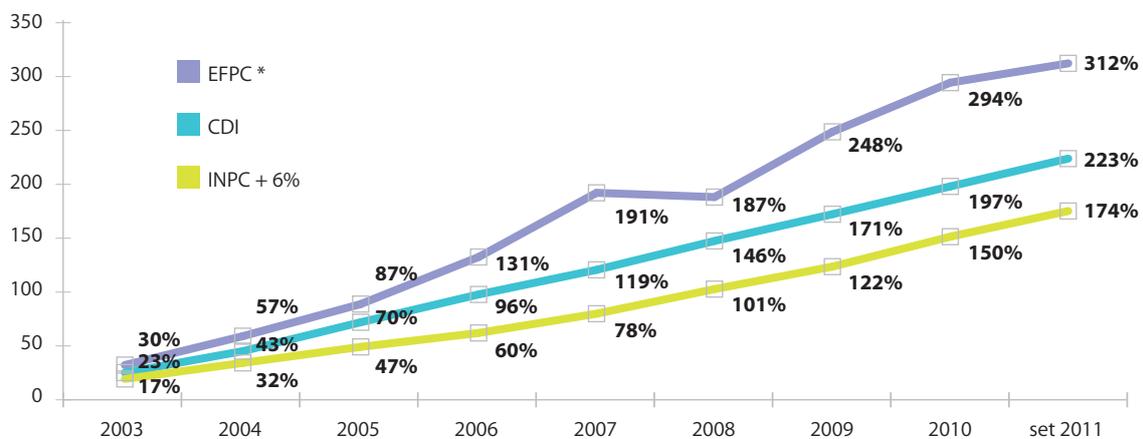


levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve gerar um importante impacto sobre o sistema. Esse impacto está diretamente atrelado à maior percepção da população em relação à fragilidade da Previdência Social (em seus moldes e regras atuais) para responder pela aposentadoria dos que ainda estão na ativa.

Com a população brasileira girando em torno de 190 milhões de pessoas, é grande a oportunidade de crescimento para os fundos de pensão que, segundo o último Consolidado Estatístico da Associação

Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), de setembro de 2011, oferece cobertura a cerca de 6,5 milhões de brasileiros, incluindo ativos, assistidos e dependentes. Entre aposentadorias programadas, aposentadorias por invalidez e pensões, o sistema pagou, no primeiro semestre do ano passado, mais de R\$ 11,1 bilhões de reais em benefícios. Os valores médios mensais pagos até junho de 2011 foram de R\$ 3.142 para as aposentadorias programadas, R\$ 1.533 para as aposentadorias por invalidez e R\$ 1.633 para as pensões.

Rentabilidade estimada (acumulada)



* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA

Um ano de intensa atividade

Melhorias em processos, encontros, workshops, modificações no Regulamento e no Estatuto... Foram muitas – e variadas – as atividades desenvolvidas pela Bemgeprev no ano passado. Todas com o objetivo de aprimorar continuamente sua atuação.

No Conselho da Abrapp e no CNPC

Em 2011, foi definida a composição do Conselho Deliberativo da Abrapp, constituído por 25 associadas. Reginaldo José Camilo, diretor das fundações de previdência do Itaú Unibanco, foi escolhido para assumir a Vice-Presidência do Conselho. Reginaldo foi também indicado para representar os fundos de pensão como membro titular no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), órgão colegiado do Ministério da Previdência Social que estabelece as normas de funcionamento do sistema.

Reuniões dos Conselhos

 Os conselheiros deliberativos e administrativos realizaram suas quatro reuniões ordinárias anuais (Deliberativo - nos meses de março, junho, setembro e dezembro; Administrativo – nos meses de março, maio, agosto e novembro) para analisar e dispor sobre os processos, atividades e gerenciamento da Bemgeprev. Da mesma forma, o Conselho Fiscal fez suas reuniões ordinárias anuais em março, maio, agosto e novembro. Ao longo do ano, houve alteração de membros dos Conselhos (sua composição em 31.12.2011 está na página 11).





Dia do Aposentado

Mais uma vez, a Fundação Bemgeprev participou do evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) para celebrar o Dia do Aposentado - 24 de janeiro de 2011. Representando todos os assistidos da Fundação, José Mario Almeida recebeu o diploma comemorativo durante a cerimônia realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ), juntamente com mais 72 aposentados que foram homenageados por suas entidades.

Congresso da Abrapp

Em setembro, conselheiros, diretores e gerentes da Bemgeprev participaram do 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Abrapp. Com o tema "Visão de Futuro: Inovar no Presente", o evento reuniu cerca de 3 mil profissionais que participaram de palestras, mesas-redondas, plenárias e painéis informativos.

Alterações no Estatuto e no Regulamento

A Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em julho, as modificações propostas pela Bemgeprev em seu Estatuto que alteram basicamente as definições relativas a procedimentos e competências de seus órgãos de gestão. Em setembro, a Fundação submeteu à Previc novo pedido de alteração – desta vez, no artigo 3º do Regulamento do plano ACMV, a fim de adequar sua terminologia e registrar a regra do abono anual.

Fotos: Divulgação Abrapp



Congresso da Abrapp



Educação financeira e previdenciária

Seguindo orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Bemgeprev, em parceria com as demais entidades de Previdência Complementar do Itaú Unibanco, aprofundou, em 2011, as ações de educação financeira e previdenciária de seus participantes, conselheiros, dirigentes e colaboradores. Todas as iniciativas são monitoradas para checar sua efetividade e adequação.

Informativo “Com você”

Editado desde 2007, o informativo bimestral é encaminhado para todos os participantes por meio impresso. A publicação divulga notícias, reportagens, entrevistas, matérias específicas referentes aos planos de benefícios geridos pela Fundação, rentabilidades e uma página exclusiva para temas relativos à educação financeira e previdenciária.



Encontro das Associações e Conselheiros

Christina Rufatto



Em maio, **Ricardo Pena**, ex-secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, falou sobre os “Novos Desafios da Previdência Complementar no Brasil e no Mundo”. Em dezembro, foi a vez de **José Eduardo Krieger**, professor da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo, abordar o “Crescimento da Longevidade & Tendências Demográficas na Perspectiva Médica”. As duas palestras fizeram parte da programação de 2011 do projeto realizado semestralmente

desde 2006 pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco com o objetivo de alinhar e aprofundar os conhecimentos previdenciários dos participantes. Em 2011, o encontro foi certificado pelo Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS), passando a valer créditos em seu Programa de Educação Continuada.

Evento dos assistidos

Muito aguardado pelos aposentados e pensionistas, o evento realizado em parceria com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco para valorizar os benefícios oferecidos e integrar os participantes. Nos meses de junho e julho de 2011, o tema “É tempo de escrever novas histórias” atraiu 3.332 convidados para os eventos organizados em Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo que tiveram o cantor Wanderley Cardoso como atração principal.



Workshop Jurídico

O 5º Workshop Jurídico de Previdência Complementar foi promovido em setembro pela Fundação Bemgeprev juntamente com as outras entidades previdenciárias do Itaú Unibanco. Um total de 80 convidados (profissionais das fundações, das áreas jurídicas da patrocinadora e de escritórios advocatícios contratados) assistiu às apresentações de especialistas sobre diferentes aspectos das questões jurídicas ligadas ao sistema. O workshop, criado em 2007, também conta créditos para o Programa de Educação Continuada do ICSS.



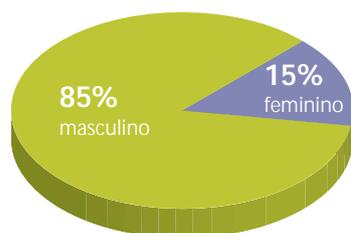
Quem somos

Participantes Assistidos • base: outubro 2011

Total de Participantes

1.189

Sexo



Presença nos Estados

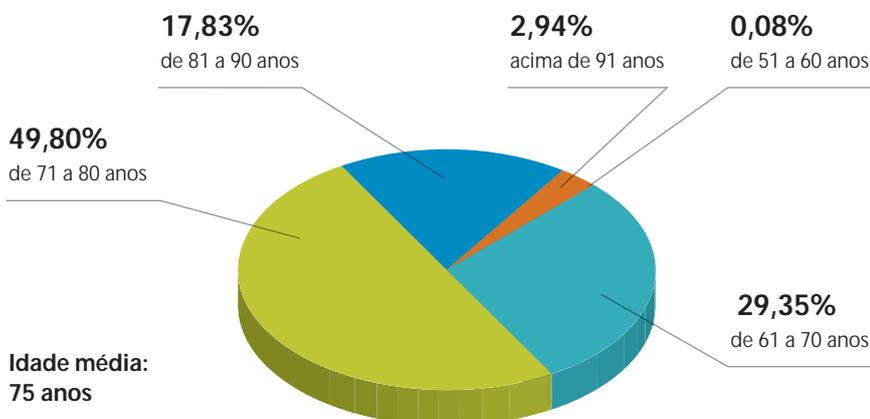
Minas Gerais	67,80%
Rio de Janeiro	16,06%
São Paulo	6,73%
Goiás	1,26%
Bahia	1,51%
Rio Grande do Sul	0,76%
Paraná	0,25%
Outros	5,63%

Tipo de Benefício

Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV)

Tempo de contribuição	99,83%
Idade	0,17%
Média de tempo de benefício	14 anos

Faixas Etárias



Órgãos de Administração

Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Oswaldo do Nascimento	Cláudio José Coutinho Arromatte
Vice-Presidente	Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado
Conselheiro indicado	Marco Antonio Antunes	Marcelo Luis Orticelli
Conselheiro eleito	Silvio Caitano da Fonseca	José Cássio Damas

Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Conselheiros indicados	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo Guilherme Augusto M. F. de T. Barros	Ottavio Aldo Ronco Osmar Marchini
Conselheiros eleitos	Aguinaldo José do Crato Cleide Xavier Rocha Foureaux Luiz Fernando da Silva Telles	Luciana Leonina Fernandes Mauro Peres Macedo Maria do Carmo Vasconcelos

Conselho Administrativo

Presidente	Antonio Barsand de Leucas	Lourival Lelles
Vice-Presidente	Catão Baptista Filho	Frederico de Souza Neto
Conselheiro	Plínio Buarque Vogas	Alonso Rodrigues Martins

Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo



Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050
Belo Horizonte - MG

www.bemgeprev.com.br

Relatório Anual 2011

2	Balço Patrimonial
3	Demonstração da Mutaço do Patrimônio Social
4	Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido
5	Demonstração do Ativo Líquido
6	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
7	Demonstração das Obrigações Atuariais
8	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
18	Parecer Atuarial
23	Parecer dos Auditores Independentes
25	Parecer do Conselho Fiscal
26	Manifestação do Conselho Deliberativo
27	Informe Resumo dos Investimentos
29	Resumo da Política de Investimentos

Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2011	31/12/2010
Disponível	22	15
Realizável	303.231	304.114
Gestão Previdencial (Nota 5)	30	41
Gestão Administrativa (Nota 5)	86	34
Investimentos (Nota 6)	303.115	304.039
Títulos Públicos	-	189.322
Fundos de Investimento	266.338	79.829
Empréstimos	736	592
Depósitos Judiciais / Recursais	36.041	34.296
Permanente (Nota 7)	2	2
Imobilizado	2	2
Total do Ativo	303.255	304.131
Passivo	31/12/2011	31/12/2010
Exigível Operacional (Nota 8)	251	2.078
Gestão Previdencial	130	138
Gestão Administrativa	120	103
Investimentos	1	1.837
Exigível Contingencial (Nota 9)	49.613	42.454
Gestão Previdencial	1.112	59
Gestão Administrativa	81	38
Investimentos	48.420	42.357
Patrimônio Social	253.391	259.599
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 10)	251.288	256.947
Provisões Matemáticas	251.288	256.947
Benefícios Concedidos	259.403	260.082
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.115)	(3.135)
Fundos (Nota 12)	2.103	2.652
Fundos Administrativos	2.101	2.650
Fundos dos Investimentos	2	2
Total do Passivo	303.255	304.131

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	259.599	249.157	4
1. Adi�es	29.166	43.483	(33)
(+) Contribui�es Previdenciais	318	1.183	(73)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.126	41.672	(33)
(+) Receitas Administrativas	433	203	113
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	289	425	(32)
2. Destina�es	(35.374)	(33.041)	7
(-) Benefícios	(33.051)	(32.319)	2
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(1.052)	(60)	1.653
(-) Despesas Administrativas	(1.235)	(655)	89
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(36)	-	100
(-) Reversão do Fundos de Investimento	-	(7)	(100)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	(6.208)	10.442	(159)
(+ / -) Provisões Matemáticas	(5.659)	(2.466)	129
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	12.942	(100)
(+ / -) Fundos Administrativos	(549)	(27)	1.933
(+ / -) Fundos dos Investimentos	-	(7)	(100)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	253.391	259.599	(2)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano ACMV

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	256.947	246.471	4
1. Adi�es	28.444	42.855	(34)
(+) Contribui�es	318	1.183	(73)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.126	41.672	(33)
2. Destina�es	(34.103)	(32.379)	5
(-) Benefícios	(33.051)	(32.319)	2
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(1.052)	(60)	1.653
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(5.659)	10.476	(154)
(+ / -) Provisões Matemáticas	(5.659)	(2.466)	129
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	12.942	(100)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	251.288	256.947	(2)
C) Fundos Não Previdenciais	2.103	2.652	(21)
(+ / -) Fundos Administrativos	2.101	2.650	(21)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	2	2	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - Plano ACMV

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
1. Ativos	303.054	304.023	-
Disponível	22	15	47
Recebível	2.132	2.668	(20)
Investimentos	300.900	301.340	-
Títulos Públicos	-	189.322	(100)
Fundos de Investimento	264.123	77.096	243
Empréstimos	736	592	24
Déposito Judiciais / Recursais	36.041	34.330	5
2. Obrigações	49.663	44.424	12
Operacional	131	1.992	(93)
Contingencial	49.532	42.432	17
3. Fundos Não Previdenciais	2.103	2.652	(21)
Fundos Administrativos	2.101	2.650	(21)
Fundos dos Investimentos	2	2	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	251.288	256.947	(2)
Provisões Matemáticas	251.288	256.947	(2)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.650	2.677	(1)
1. Custeio da Gestão Administrativa	722	628	15
1.1. Receitas	722	628	15
Custeio Administrativo dos Investimentos	424	203	109
Resultado Positivo dos Investimentos	289	425	(32)
Outras Receitas	9	-	100
2. Despesas Administrativas	(1.271)	(655)	94
2.1. Administração Previdencial	(847)	(452)	87
Treinamento/Congressos e Seminários	(24)	(38)	(37)
Viagens e Estádias	(24)	(18)	33
Serviços de Terceiros	(576)	(302)	91
Despesas Gerais	(204)	(94)	117
Contingências	(8)	-	100
Outras Despesas	(11)	-	100
2.2. Administração dos Investimentos	(424)	(203)	109
Serviços de Terceiros	(396)	(168)	136
Despesas Gerais	-	(35)	(100)
Contingências	(28)	-	100
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(549)	(27)	1.933
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(549)	(27)	1.933
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	2.101	2.650	(21)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Obrigações Atuariais

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	251.288	256.947	(2)
1. Provisões Matemáticas	251.288	256.947	(2)
1.1. Benefícios Concedidos	259.403	260.082	-
Benefício Definido	259.403	260.082	-
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.115)	(3.135)	159
(-) Déficit Equacionado	(8.115)	(3.135)	159
(-) Patrocinadores	(8.115)	(3.135)	159

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 25 de maio de 2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº 132/05, de 21 de outubro de 2004, tendo por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02 de janeiro de 2007, conforme Portaria SPC nº 770, de 23 de outubro de 2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaú Unibanco para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm dos rendimentos resultantes da aplicação de recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

Descrição	2011	2010
Assistidos	1.189	1.240
Total	1.189	1.240

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2010 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2011, conforme detalhado na Nota 13.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores transferidos dos Investimentos, relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades da Gestão Previdencial.

- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 12% a.a..

Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo – Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas exclusivamente com recursos do Fundo Administrativo, contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	30	41
Adiantamento de benefícios de aposentadoria	7	18
Depósito Judicial - Cesta Alimentação	23	23
Gestão Administrativa	86	34
Seguro (1)	7	-
Depósito Judicial - PIS/COFINS (2)	79	34
Total	116	75

(1) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

(2) Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo - Exígível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição de Investimentos

Descrição	2011	2010
Títulos Públicos (1)	-	189.322
Fundos de Investimento	266.338	79.829
Empréstimos	736	592
Depósitos Judiciais - Imunidade Tributária (2)	36.041	34.296
Total	303.115	304.039

(1) Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento. Os títulos foram integralizados no fundo exclusivo Invictus Renda Fixa em out/2011.

(2) Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo - Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

PLANO ACMV	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (3)	
	Custo Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
Títulos Públicos	-	-	-	-	-
Títulos do Governo Federal - ESTF (2)	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento	266.338	2.560	268.898	76.698	189.640
Fundo de Investimento - Exclusivo	250.802	2.560	253.362	61.162	189.640
Letras Financeiras do Tesouro	1.737	-	1.737	1.737	-
Notas do Tesouro Nacional	143.257	2.560	145.817	59.425	83.832
Títulos do Governo - ESTF (2)	105.808	-	105.808	-	105.808
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	15.536	-	15.536	15.536	-
Total	266.338	2.560	268.898	76.698	189.640

PLANO ACMV	Valor (1)				
	Vencimento			Valor Contábil	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2011	31/12/2010
Títulos Públicos	-	-	-	-	189.322
Títulos do Governo Federal - ESTF (2)	-	-	-	-	117.292
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	72.030
Fundo de Investimento	15.536	78.620	172.182	266.338	79.829
Fundo de Investimento - Exclusivo	-	78.620	172.182	250.802	64.116
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.737	-	1.737	1.102
Notas do Tesouro Nacional	-	76.883	66.374	143.257	63.014
Títulos do Governo - ESTF (2)	-	-	105.808	105.808	-
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	15.536	-	-	15.536	15.713
Total	15.536	78.620	172.182	266.338	269.151

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço. Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação no dia da apuração e o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data de balanço.

(2) Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento. Os títulos foram integralizados no fundo exclusivo Invictus Renda Fixa em out/2011.

(3) A classificação na categoria "até o vencimento" inclui, além dos Títulos do Governo Federal - ESTF no montante de R\$105.808, NTNBS no montante de R\$ 83.832 (R\$ 78.545 em 2010), com vencimento até 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 192.199 (R\$ 196.972 em 2010).

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria. No exercício, não foram realizadas reclassificações de categoria.

NOTA 7 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2011	2010
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	4	4
(-) Depreciação	(2)	(2)
Total	2	2

NOTA 8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	130	138
Benefícios Pendentes	-	18
Retenções sobre folha benefícios	130	120
Gestão Administrativa	120	103
Obrigações com Serviços de Terceiros	120	103
Investimentos	1	1.837
Relacionadas com Tributos (1)	-	1.837
Empréstimos	1	-
Total	251	2.078

(1) Corresponde a provisão de IR sobre rendimentos apurados em aplicações financeiras ativas até 31/08/2001, data da vigência da MP 2222/01 que instituiu o Regime Especial de Tributação - RET, liquidado em Dezembro/2011.

NOTA 9 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	1.112	59
Cesta Alimentação	1.112	59
Gestão Administrativa	81	38
PIS/COFINS	81	38
Investimentos	48.420	42.357
Imposto de Renda Retido na Fonte (1)	48.420	42.357
Total	49.613	42.454

(1) Corresponde basicamente a ação que discute judicialmente a imunidade tributária, quando da edição da MP 2222/01 que instituiu o RET, tendo em vista o caráter não contributivo do plano de benefícios administrado pela Entidade. Por decisão judicial os valores não recolhidos foram depositados em juízo, no montante de R\$ 36.041.

NOTA 10 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

II. Provisões matemáticas a constituir – Corresponde ao valor do Déficit Equacionado a ser coberto pelo patrocinador, não permanente, fixado pelo Contrato de Amortização de Déficit Técnico em 31/03/2010, conforme estabelece o art.21 da Lei Complementar nº 109/2001 e o art.28 da Resolução CGPC nº 26/2008.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2011/2010
Taxa Real de Juros	6% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício	Índice ACMV (1)
Tábua de Mortalidade Geral (2)	AT - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.
Taxa de crescimento real do Benefício do INSS	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98
Método Atuarial	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

(1) Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

(2) Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2011
Benefícios Concedidos	260.082	(679)	259.403
(-) Provisão Matemática a Constituir	(3.135)	(4.980)	(8.115)
Total	256.947	(5.659)	251.288

No demonstrativo abaixo apresentamos a evolução do saldo do contrato de equacionamento de déficit:

Descrição	2011	2010
Saldo inicial do período	(3.135)	(12.942)
Recebimento parcelas semestrais	315	1.183
Atualização	(394)	(1.568)
Repactuação do contrato - Aumento do Déficit Acumulado	(4.901)	10.192
Saldo Final do Período	(8.115)	(3.135)

NOTA 11 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2011	2010
Saldo Inicial do Déficit	(3.135)	(12.942)
Superávit/(Déficit) do Período	(4.980)	9.807
Déficit Equacionado	(8.115)	(3.135)

Foi firmado em 31/03/2010, contrato junto ao Itau Unibanco S/A, o qual assumiu o patrocínio da Entidade através do "Contrato de Amortização de Déficit Técnico do Plano ACMV", no valor de R\$ 12.942, sendo financiado em até 24 parcelas semestrais, período correspondente a expectativa média de vida completa dos participantes assistidos.

Por ocasião das avaliações atuariais anuais, o valor do déficit a ser amortizado será revisto, em função das perdas e ganhos observados nas referidas avaliações, sendo compensado com os superávits ou acrescido do déficit verificado em cada exercício.

Na hipótese de, após a avaliação atuarial anual, ficar constatada a extinção do déficit do plano, a obrigação do patrocinador de pagar as prestações vincendas será imediatamente interrompida, ficando automaticamente resolvido o contrato.

Em 2011, após avaliação atuarial, verificou-se que o Déficit Acumulado aumentou no montante de R\$ 4.980, havendo assim repactuação do saldo do contrato.

O valor das parcelas será atualizado até a data do efetivo pagamento pela variação do "índice ACMV" (média geométrica dos índices de Preços ao Consumidor: IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e IPC / DI do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente) e acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

NOTA 12 - FUNDOS

a) Fundos Administrativos – Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

b) Fundos dos Investimentos – Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem o objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2011
Fundos Administrativos	2.650	289	(838)	2.101
Fundos dos Investimentos	2	0	0	2
Total	2.652	289	(838)	2.103

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

NOTA 13 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Em atenção a Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e visando permitir a comparabilidade no Balanço Patrimonial, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2010, referente aos Depósitos Judiciais:

Descrição	31/12/2010	Reclassificação	Saldos Reclassificados
Ativo			
Realizável (Nota 5)	269.761	34.353	304.114
Gestão Previdencial	18	23	41
Gestão Administrativa	-	34	34
Investimentos	269.743	34.296	304.039
Títulos Públicos	189.322	-	189.322
Fundos de Investimentos	79.829	-	79.829
Empréstimos	592	-	592
Depósitos Judiciais/Recurais	-	34.296	34.296
Passivo			
Exigível Contingencial (Nota 9)	8.101	34.353	42.454
Gestão Previdencial	36	23	59
Provisão	59	-	59
(-) Depósito Judicial	(23)	23	-
Gestão Administrativa	-	38	38
Provisão	-	38	38
Investimentos	8.065	34.292	42.357
Provisão	42.395	(38)	42.357
(-) Depósito Judicial	(34.330)	34.330	-

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2011	2010
Ativo / (Passivo)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	8.094	3.112
Contrato de Déficit Equacionado (Nota 10)	8.115	3.135
Taxa de Administração da Carteira	(21)	(23)
Receitas / (Despesas)		
(Despesas)	(515)	(248)
Taxa de Administração da Carteira	(356)	(118)
Taxa de Gestão Previdencial	(132)	(107)
Taxa de Gestão de Investimento	(27)	(23)

NOTA 15 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente
CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador • CRC n° 1SP114.497/O-9
CPF 859.338.648-20

1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria Móvel Complementar Vitalícia – ACMV (Plano ACMV) administrado pela Fundação Bemgeprev, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado plano de aposentadoria na data de encerramento do exercício de 2011, ou seja, 31/12/2011.

2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Assistidos utilizados no presente estudo foi 31/10/2011.

Informamos que não há Participantes Ativos ou Beneficiários de Pensão por Morte no Plano ACMV.

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Bemgeprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções daquela base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade dessas distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Bemgeprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Assistidos	
Descrição	Valores
Aposentados	
Número	1.189
Idade Média (anos)	75,5
Benefício Mensal Médio em R\$	2.164

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/10/2011.

Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2011, refletindo o conceito de capacidade.

3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma coerente as expectativas com relação à experiência futura do plano de benefícios. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descrevemos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	n/a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	n/a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	n/a
Fator de capacidade para os salários	n/a
Fator de capacidade para os benefícios	0,9800
Hipótese sobre rotatividade	n/a
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a
Tábua de entrada em invalidez	n/a
Outras hipóteses biométricas utilizadas	n/a

(1) O indexador utilizado é o índice ACMV, que é a média geométrica dos índices de preço do consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente;

(2) Foi utilizada a tábua AT83, segregada por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, e refletem uma redução nas taxas anuais de mortalidade da ordem de 10% em relação às respectivas tábuas básicas.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano ACMV encontram-se arquivadas na Fundação Bemgeprev à disposição da PREVIC.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas, nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2010.

Cabe registrar que, pelo fato de o Plano ACMV possuir somente Participantes Assistidos, todos os métodos atuariais devem apontar o mesmo valor de Provisão Matemática para esses participantes.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios em vigor em 31/12/2011.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas é aquela apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Bemgeprev e posicionados em 31/12/2011.

2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	253.390.832,53
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	251.288.113,58
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	251.288.113,58
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	259.403.468,23
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	259.403.468,23
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	259.403.468,23
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	0,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	8.115.354,65
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	8.115.354,65
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	8.115.354,65
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+ / -) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+ / -) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+ / -) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+ / -) Assistidos	0,00

2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	0,00
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	0,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	2.102.718,95
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	2.100.499,70
2.3.2.2.01.00.00	Plano de Gestão Administrativa	2.100.499,70
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	2.219,25

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano ACMV vigente em 31/12/2011, plano este que se encontra em extinção.

Registre-se que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Bemgeprev.

Adicionalmente, informamos que o principal fator que levou à elevação do Déficit em 31/12/2011 foi a rentabilidade do ativo, sendo tal Déficit, portanto, de natureza estrutural.

De acordo com o disposto nos artigos 5º e 10 do Regulamento do Plano ACMV, o Patrocinador, na hipótese de adesão dos Participantes elegíveis ao Plano, deve efetuar uma contribuição destinada à integralização do Fundo, correspondente ao valor presente dos Benefícios calculados de acordo com o mesmo Regulamento. Em adição à contribuição destinada à integralização das reservas dos Participantes que aderirem ao Plano ACMV, o Patrocinador deverá efetuar uma contribuição equivalente a 1,00% (um por cento) do montante transferido, para cobertura das despesas administrativas relativas a esse Plano.

Em atendimento ao previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, mais especificamente em seu artigo 28, parágrafo 3º, houve necessidade de se promover a atualização do equacionamento do déficit acumulado apresentado no Plano ACMV.

O déficit apurado no exercício será equacionado por meio de contribuições extraordinárias, conforme apresentado no Plano de Custeio deste Parecer Atuarial.

5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2012

Não há previsão para realização de contribuição normal para o Plano ACMV, uma vez que ele está saldado (há apenas Participantes Assistidos).

O equacionamento do déficit existente será realizado de forma atuarial, requerendo, portanto, o acompanhamento anual por ocasião da avaliação atuarial, de maneira a restabelecer o equilíbrio técnico do Plano ACMV, equilíbrio este que se dará

com base na redefinição das contribuições para os exercícios seguintes. No momento em que o equilíbrio seja novamente encontrado estas contribuições deverão ser extintas.

Com base nas características da população do Plano ACMV, recomendamos que para o exercício de 2012 a Patrocinadora realize contribuições para a amortização do déficit acumulado de R\$ 8.115.354,65, apurado em 31/12/2011, cujo valor deverá estar previsto em instrumento contratual com garantias por parte do Patrocinador e com cláusula de revisão anual do saldo devedor em função de perdas e ganhos observados nas avaliações anuais, conforme determinam as Resoluções CGPC nos 18 e 26.

O prazo determinado para a amortização do déficit foi apurado considerando o somatório do produto do valor do benefício pela expectativa de vida completa do participante assistido, sendo o resultado dividido pelo somatório do valor do benefício, conforme item 11 da Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006. O valor assim encontrado corresponde a 11 anos.

O pagamento das parcelas amortizantes será realizado de forma semestral, nos meses de junho e dezembro de cada ano. Estas parcelas serão atualizadas mensalmente pelo Indexador do Plano ACMV, e acrescidas do equivalente mensal à taxa de juros de 6% a.a.

O valor de cada contribuição extraordinária semestral da Patrocinadora será de R\$ 368.879,80, corrigido desde 31/12/2011 até a data do pagamento, conforme parágrafo anterior.

O Plano de Custeio apresentado neste Parecer Atuarial passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2012.

6 - Conclusão

Certificamos que o Plano ACMV da Fundação Bemgeprev está equilibrado na data de encerramento do exercício de 2011, dependendo, para manutenção deste equilíbrio, do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para o exercício de 2012, do comportamento das hipóteses atuariais utilizadas para a avaliação atuarial do referido plano de aposentadoria, e também do retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

São Paulo, 7 de março de 2012.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Rafael Carlos M. Chaves

MIBA nº 2.145

Tamsin M. Bonifácio

MIBA nº 1.480

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação BEMGEPREV

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bemgeprev ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bemgeprev em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Belo Horizonte, 8 de março de 2012.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC nº 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador • CRC nº 1SP216397/O-5 "S" MG

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2011, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 20 de março de 2012.

Conselheiros

Aguinaldo José do Crato

Cleide Xavier Rocha Foureaux

Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros

Luiz Fernando da Silva Telles

Conselheiro Suplente

Ottavio Aldo Ronco

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, com base nos pareceres do Conselho Fiscal, da consultoria atuarial, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO BEMGEPREV deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, entendendo que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do Plano em 31.12.2011.

São Paulo (SP), 23 de março de 2012.

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Vice Presidente

Messias Caetano Neto

Conselheiros

Marco Antonio Antunes

Silvio Caitano da Fonseca

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2011 do Plano ACMV:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009:

Descrição	Limite Máximo (1)	Dezembro/ 2011	%	Em R\$ milhões		
				Dezembro/ 2010	%	Var. %
Renda Fixa (2)	100	266,4	87,9%	269,1	99,8%	(1,0%)
Títulos Públicos	100	264,3	87,2%	267,7	99,3%	(1,3%)
Títulos Privados	80	2,1	0,7%	1,4	0,5%	50,0%
Operações c/ Participantes	5	0,7	0,2%	0,6	0,2%	0,0%
Outros Realizáveis	-	36,0	11,9%	-	-	-
Total	100	303,1	100,0%	269,7	100,0%	12,4%

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2011 a 2015.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2011 dos investimentos por segmento e os respectivos índice de referência, do plano ACMV:

De acordo com a Política de Investimentos, o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano.

A meta atuarial que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e IPC/DI do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente) foi de 12,98% em 2011.

Segmento	% de alocação	Nominal	dez/2011	
			Índice de Referência	Performance em relação ao índice de referência à meta atuarial
Renda Fixa	88%	12,18	12,98	(0,71)
Operações c/ Participantes	0%	21,44	12,98	7,49
Outros Realizáveis	12%	-	-	-
Rentabilidade Total	100%	12,20	12,98	(0,69)

3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Fundação Bemgeprev são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

5. Apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2011.

Em R\$ milhões

Descrição	Dezembro/2011	Dezembro/2011	Variação%
Despesas Administrativas	(1,271)	(0,655)	94,0%
2.1. Administração Previdencial	(0,847)	(0,452)	87,4%
Treinamento/Congressos e Seminários	(0,024)	(0,038)	(36,8%)
Viagens e Estadias	(0,024)	(0,018)	33,3%
Serviços de Terceiros	(0,576)	(0,302)	90,7%
Despesas Gerais	(0,215)	(0,094)	128,7%
Contingências (PIS/COFINS)	(0,008)	-	-
Outras Despesas	-	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	(0,424)	(0,168)	152,4%
Serviços de Terceiros	(0,396)	(0,168)	135,7%
Contingências (PIS/COFINS)	(0,028)	-	-
Despesas Gerais	-	(0,035)	-

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2011 do Plano de Benefícios ACMV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

1. Taxa Mínima Atuarial

Indexador	Taxa de Juros
(*)	6%

(*) Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo	
			ACMV	PGA
Renda Fixa	53%	100%	100,00%	100%
Renda Variável	0%	25%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,00%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%

4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados e Investimentos Exterior. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

6. Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Externa

Periodicidade da Avaliação: 3 Meses

Quantidade de Gestores: 1

Crítérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Qualitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

8. Participação em Assembléias de Acionistas

8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Por Capital Votante: 5%	Recursos Garantidores: 4%	Por Capital Total: 10%
-------------------------	---------------------------	------------------------

9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas

9.1. Cenário Macroeconômico

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

Política de Investimentos - 2012

A política de Investimentos para o período de 2012 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em Dez/2011.

Abaixo demonstramos os limites de alocação:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV			PGA		
		Limites (%)	Alocação Alvo %	Índice de Referência	Limites (%)	Alocação Alvo (%)	Índice de Referência
Renda Fixa	100	100	99,7%	Meta Atuarial	100	100	CDI
Renda Variável	70	25	0	Ibovespa	50	0	Ibovespa
Investimentos Estruturados	20	10	0	Meta Atuarial	10	0	CDI
Investimentos no Exterior	10	3	0	Meta Atuarial	3	0	CDI
Imóveis	8	4	0	Meta Atuarial	0	0	-
Operações com Participantes	15	5	0,3	Meta Atuarial	0	0	-

www.bemgeprev.com.br



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

Belo Horizonte (MG)
Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050